

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO**

Marina Rodrigues Pinheiro

**As migrações transnacionais e a construção  
da cidade do Recife**

Outubro

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pinheiro, Marina Rodrigues.

As migrações transnacionais e a construção da cidade do Recife / Marina Rodrigues Pinheiro. - Recife, 2022.  
29 p.

Orientador(a): Sofia Cavalcanti Zanforlin

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Jornalismo - Bacharelado, 2022.

1. Perfis jornalísticos. 2. Migração. 3. Jornalismo. I. Zanforlin, Sofia Cavalcanti. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

## ***O comerciante***

*"Quando olhares além, verás glórias e um magnífico reino. Sobre eles haverá vestimentas verdes, de tafetá e de brocado, estarão enfeitados com braceletes de prata e o seu Senhor lhes saciará a sede com uma bebida pura!"*

Verdes são os tecidos que o Alcorão promete aos seguidores de Deus: aqueles que cumprem seus votos e, por amor, alimentam os necessitados sem esperar recompensa. Mas receberão seu retorno no dia do Juízo, em forma de ouro, Jardins do Éden e repouso, o destino, segundo o livro sagrado do Islã, daqueles que abraçam a fê.

Verdes também são as cúpulas, formas arredondadas como esferas cortadas ao meio, que cobrem a mesquita senegalesa de Massalikul Jinaan, a maior da África Ocidental. Em fotografias, é possível ver essa cor em construções islâmicas ao redor do mundo: cobre o teto da mesquita Hassan II, no Marrocos, e quase todo o exterior da Yesil Camil – apelidada Mesquita Verde – em Bursa, na Turquia.

Caminhando pela Rua da Glória, em Recife, um caminho estreito e cheio de pequenas casas coloridas, nada além de paredes, portas e grades verdes, com uma pequena placa ao meio, chamam atenção para o Centro Islâmico do Recife. Ele fica entre uma loja de extintores de incêndio e o Convento Nossa Senhora da Glória, outro centro religioso muito maior. Buscando falar com Amadou Toure, responsável pelas atividades do local, ligo algumas vezes para o número de telefone escrito na placa acima da porta, sem resposta. E ligo novamente ao longo de alguns dias. Não consigo falar com ninguém, então, na tarde de uma segunda-feira, bato à porta.

Não sou respondida e também não vejo ninguém. Chamo mais algumas vezes do portão e espero. Depois de vinte minutos, penso em ir embora, mas a rua recebe a visita do carteiro, de bicicleta, que para ao meu lado para deixar correspondências. Então eu converso com ele: pergunto se vê pessoas por ali com frequência, ao que ele garante que sim, e também diz achar que tem alguém na casa. Por isso, tenta me ajudar: "Carteiro!", grita pela grade.

Esperamos, mas somos respondidos por mais um pouco de silêncio. Logo ele diz que precisa ir embora, então agradeço e ele segue pela rua.

Duvidando que tivesse realmente alguém lá, visito a loja de extintores ao lado e converso com o dono, observada por uma criança curiosa que olhava por cima do seu ombro. Depois, dobro a esquina e falo com uma vizinha e algumas mulheres que esperavam um ônibus ali perto. Todos garantem já ter visto o Centro cheio, mas ninguém sabe dizer quando, nem por quem, nem o que acontece lá.

Olho uma última vez através da grade, por onde só dá para ver um corredor que, mais na frente, dá para um salão e uma cozinha. Lá, percebo a figura de um homem alto que, nos fundos, passa de um cômodo a outro. Aceno para ele, que me olha confuso.

O homem desce o corredor em passos lentos até chegar a mim, que peço desculpas e me explico: "meu nome é Marina, faço Jornalismo e estou fazendo um projeto sobre migração". Explico que li sobre o Centro e sobre o acolhimento que fazem a imigrantes. Quando escuta que sou estudante, ele se apresenta: "Meu nome é Amadou".

Ali na porta ele explica que os imigrantes, geralmente, se reúnem nas tardes das sextas para orações e me convida a retornar antes que o encontro iniciasse, enquanto as pessoas ainda estariam chegando. Depois disso, se despede.

\*\*\*

Na sexta-feira, chego mais cedo, no horário combinado. No caminho, imagino encontrar o Centro lotado, "cheio de gente" como a vizinha tinha descrito. Ao contrário, encontro de novo o portão fechado. Dessa vez, vou até o convento para perguntar às religiosas católicas sobre o Centro.

Minha primeira conversa é com uma mulher parada perto da porta da frente, que me confirma o que escutei no outro dia: "muitas pessoas se encontram ali, sim!". Mas também não sabe muito quem são. Então, ela se volta para dentro da casa e chama o nome de uma freira mais velha que passava por ali na hora, usando roupas acinzentadas e um colar com um crucifixo grande na ponta. Pergunta, então, se ela sabe algo sobre o Centro Islâmico ao lado. A outra franze o rosto, abana as mãos em negativa e diz não saber de nada sobre o lugar.

Já mais próximo do horário de início das orações, ali na rua vejo passando uma mulher com um véu. Cobria o cabelo, orelhas, o pescoço e os braços, usando também um vestido longo. Por causa dela, percebo que pessoas já chamavam no portão, pedindo para entrar. Faço o mesmo e, então, o portão se abre.

Entrando, sou recebida por uma muçulmana que se apresenta como Katia. Ela pede que eu me sente ao lado da porta e me traz, também, um véu. Explicando que é importante para cobrir meus cabelos e braços, ela me ajuda a vestir, indica que eu tire os sapatos e me conduz até o salão.

Lá dentro ainda estão poucas pessoas. Katia me oferece um café, que aceito, e me mostra um local onde posso sentar com as outras mulheres presentes, Nadia e Valéria. Sentamos juntas no chão, como todos ali, na parte do salão mais distante da entrada. O espaço das mulheres é separado do restante do Centro por um tecido branco translúcido bordado com florais pretos e, lá, me perguntam meu nome e o que fazia ali, me oferecem biscoitos e conversam.

Quando Katia me entrega o copo de café, conta que ele é sempre preparado por Amadou. Entendo que ela é sua esposa. Já Valéria começa a falar sobre como passou a frequentar o Centro e conta que, ao contrário de muitos ali, é brasileira. Diz que já fez parte da religião evangélica e do espiritismo, mas soube do Centro pela internet e que, agora, a sexta é aguardada durante a semana toda. Conta também que, para ela, esse é um dia de paz. No celular, ela me mostra uma loja onde outra mulher que frequenta o centro vende roupas para as muçulmanas, elogiando os detalhes, e também exibe fotos dos seus filhos.

Segundo Valéria, passar a andar com o cabelo e corpo cobertos despertou muitos tipos de reações das pessoas à volta. Ela diz já ter recebido mensagens de assédio de homens ao postar suas fotos na internet, e também atraído curiosidade ao passear pelo shopping. Já foi abordada por fãs de K-pop, que elogiaram sua escolha: "penso que, como nós, também são pessoas que procuram ser aceitas", diz.

Enquanto outras pessoas começam a chegar, as mulheres são acolhedoras e conversam sobre vários assuntos. Quando saio, antes do início das orações, Katia me passa o número de celular de Amadou, que aceita ser entrevistado.

\*\*\*

Conversei com Amadou algumas semanas depois, no horário indicado por ele, um momento em que o Centro não estaria em atividades. O local tem um tamanho semelhante ao das casas residenciais em volta, dois andares, e paredes completamente brancas. A única coisa na parede, além de três muito pequenas gravuras emolduradas no canto, é uma lousa branca onde estão escritos os dados do Centro para doações.

O chão é coberto por um tapete azul, e, no centro, um homem e uma criança oram juntos. Amadou, então, lembra o dia em que nasceu: 11 de maio de 1969, na cidade de Kaolack, uma das mais populosas do Senegal. Apesar disso, conta que seu registro foi feito como se tivesse nascido em 1972.

Em Kaolack, ele fez seu segundo grau completo. Optou por Veterinária como graduação, tendo cursado dois anos. O curso foi interrompido pela decisão de se alistar ao Exército, a mesma de outros amigos e conhecidos, e a partir da qual ele foi convocado a participar de uma missão da ONU como soldado. "No batalhão onde eu estava, da artilharia, a ONU pediu para o governo do Senegal mandar uma tropa para a Libéria. Eu fiquei 15 meses lá", lembra. "Era guerra do governo com os rebeldes. A gente estava lá para instaurar a paz na Libéria, e, depois que eu voltei, recebi uma medalha no Senegal".

Depois disso, ele retornou ao conflito armado no sul do país, onde havia disputa de fronteiras com a Guiné-Bissau. Para além disso, no Exército recebia também a oportunidade de se qualificar, e, por isso, após sair conseguiu trabalhar para uma empresa americana.

No trabalho, usava o conhecimento que tinha conquistado durante sua passagem no Exército, mas sentia vontade de viajar. Sobre o motivo disso, explica: “com o que a gente ganha, não dá para sobreviver, não dá para fazer casa. E se você quer um futuro, formar família, tudo isso... A gente via pessoas que viajavam nas férias e voltavam de carrão, construíam casas”. Por isso, acreditava que fora do país encontraria mais possibilidades. Assim, decidiu: queria um visto americano.

Além disso, não era a primeira experiência da família com a migração. O irmão de Amadou cursava Informática na Universidade Federal da Paraíba, já muito próximo de concluir a graduação. Amadou foi, então, convidado a embarcar para o Brasil, e aqui representaria a família na formatura do irmão, usando também a chance para solicitar um visto americano. Segundo ele, o processo seria mais fácil estando no Brasil do que no Senegal.

Quando saiu do país, em 2001, ele embarcou com destino ao Rio de Janeiro. Ao desembarcar, se surpreendeu com a extensão do país e distância entre cidades, que não poderia ser mais diferente do seu país de origem: em extensão territorial, o Brasil é mais de 40 vezes maior do que o Senegal. A graduação do irmão, por sua vez, já tinha sido concluída: ele contou, então, que tinha sido chamado para fazer um estágio com a Petrobras, no Paraná. Os dois não se veriam por quase dois meses, e, por isso, Amadou precisou encontrar moradia e trabalho enquanto esperava.

“Se você chega numa cidade, a primeira coisa que você faz é perguntar onde estão os senegaleses. Lá, eles moram em comunidade. Vão te falar as regras do alojamento, como são os quartos, como você paga ao final do mês, a cada semana para fazer feira...”, conta. Foram também senegaleses que o buscaram no aeroporto, enviados pelo irmão, e o levaram à sua casa no bairro Piedade, na frente de uma fábrica de açúcar. Depois de dois dias lá, foi em busca da comunidade senegalesa, onde passou a morar em Niterói com oito pessoas com quem dividia um apartamento, comida e trabalho. Lá o ensinaram como começar a fazer comércio: “eles me falaram: “olha, a gente vai lá na loja do Silvio Santos”.

Perguntei qual era essa loja, e ele respondeu: “esse apresentador de TV, ele tem lojas no Rio. Foi lá que ele começou o primeiro comércio, em um mercado que se chama Saara. Lá, a gente compra as coisas por atacado e revende”. O Mercado do Saara, citado por ele, é uma das maiores praças de comércio do Rio de Janeiro, e, tradicionalmente, foi espaço de trabalho de diferentes grupos de imigrantes. Lá, ele comprou suas primeiras mercadorias.

Quando Amadou iniciou suas vendas, teve a ajuda desses outros senegaleses. Não falava português, não conhecia os preços e nem os pontos de venda, mas precisava começar a trabalhar. Assim, foi no ponto indicado, em frente a um banco, e orientado: “se o pessoal perguntar alguma coisa, você me chama!”. Retirou, então, suas mercadorias e as organizou sobre a mesa. Finalizava os preparativos e olhava se estava bem arrumado quando um carro parou ao seu lado.

O carro era de fiscais, que levaram todas as mercadorias recém-compradas. Amadou quis brigar para recuperar os produtos, mas foi parado pelo colega. “Mas e a mercadoria?”, perguntou. E começou a escutar um pouco sobre o que seria sua vida durante os próximos anos: “Tem que comprar mais. O comércio aqui é assim: você perde, você ganha”.

O dia seguinte já não amanheceu da mesma forma. O Rio estava tomado pela chuva. Amadou viu, então, passantes procurando guarda-chuvas para comprar. E conta que pensou: “esse é mais fácil! Porque você bota no bolso e fica vendendo para as pessoas”. Deu certo. Vendendo nas ruas, passou um mês morando em Niterói.

\*\*\*

Quando o irmão de Amadou retornou do estágio que fez no Paraná, foi chamado para trabalhar em Recife. Mandou, então, dinheiro para a compra de uma passagem de ônibus, e assim o comerciante deixou Niterói. Aqui, ele passou uma semana e conheceu a cidade, mas ouviu do irmão que o comércio era melhor em Salvador, na Bahia. Que, caso fosse para lá, encontraria senegaleses e um dos seus amigos, outro imigrante de Burkina Faso, e então os dois poderiam vender juntos. Para conhecê-lo, fez uma nova mudança.

O amigo tinha duas lojas: uma de roupas esportivas, uma de roupas africanas. Sobre a segunda, ele conta que dela compravam muitos turistas que vinham visitar o Centro Histórico do Pelourinho, e comenta que a popularidade da banda Olodum e de Michael Jackson, que filmou lá uma parte do clipe da música They Don't Care About Us, ajudava a movimentar o lugar e as compras. Entre seus clientes, também estavam descendentes de africanos brasileiros.

Neste tempo, ele renovava seu visto brasileiro como turista. O apelo pelo americano, por sua vez, foi negado. Por isso, ele permaneceu na Bahia por 10 anos, trabalhando na loja à frente da casa do Olodum.

Lá, ele conheceu sua primeira esposa, uma pernambucana que era, à época, estudante de Sociologia. Se chamava Aline e morava com dois filhos no Barro, região de Recife. Os dois começaram a namorar, quando ela se converteu à religião muçulmana, e, depois da formatura, passou a morar com ele em Salvador. Tiveram, em 2007, seu primeiro filho juntos. Por pedido da esposa, que engravidou novamente em 2009 e queria fazer seu parto em Recife, a família veio à cidade e não voltou mais para a Bahia. Assim, sua segunda filha nasceu aqui.

Depois da mudança, os seis passaram a morar em Tamandaré. Formada, Aline trabalhava dando aulas em Caruaru e, por vezes, lecionava também aos finais de semana em cidades vizinhas, como Palmares. Com isso, conseguiu um acordo para que as crianças estudassem na escola onde trabalhava.

Já Amadou voltou a fazer comércio nas praias durante os finais de semana e, nos outros dias, saía cedo de casa todos os dias para pegar o primeiro ônibus com destino a Recife, onde

encontrou trabalho como ajudante de pedreiro. “Tinha coisa para pagar”, lembra, “Mucilon para as crianças”.

Enquanto contava sobre os seus filhos, Amadou pediu uma pausa para fazer orações. Todo muçulmano, explica, deve orar em cinco momentos diariamente. Para isso, ele mantém sempre estendida no centro uma roupa branca, de comprimento e mangas longas, que veste para o momento da reza. Então, ele levanta e, reunido ao homem e ao menino presentes, ora.

\*\*\*

Quando retorna, Amadou conta que, agora, seus filhos moram em São Paulo com a mãe. Após alguns anos, o casal se separou e eles passaram a viver afastados, passando férias com o pai em Recife quando é possível mandar passagens. Ele, por sua vez, continua trabalhando com o comércio, vendendo artesanatos, roupas e participando de feiras de bairro em Recife.

Hoje, Amadou mora em Casa Caiada, em Olinda. Trabalha todos os dias, em muitos lugares: na praia, nas feiras, em barracas próximas ao Marco Zero ou ao Shopping Patteo. Divide, então, essas responsabilidades com as atividades do Centro Islâmico.

Ouvindo sobre a sua rotina de trabalho, pergunto a Amadou se ele considera que teve mais oportunidades morando aqui, no Brasil, do que teria no Senegal.

“Não, eu me arrependi mesmo”, responde. “Se ficasse no Senegal, teria mais. Porque na hora que eu saí de Salvador, o comércio estava crescendo, aí de repente deixei o comércio de lá para vir aqui, comecei as coisas de novo do zero. Fiz porque queria viajar para os Estados Unidos.”

Apesar disso, Amadou se tornou um pilar para a comunidade muçulmana do Recife. Tendo conhecido o Centro Islâmico buscando um local para rezar em comunidade nas sextas-feiras, uma recomendação da religião, ele passou a se encontrar com o Sheik Mabrouk para estudos religiosos. Naquele momento, o Sheik era o principal organizador das atividades do centro, e passou, com o tempo, suas responsabilidades para Amadou.

Além de pessoas muçulmanas ou que desejam se converter, Amadou recebe no centro também muitos estudantes, faz palestras sobre religiões e foi convidado a ser Conselheiro Municipal da Igualdade Racial, cargo que ocupou e depois passou a outra frequentadora do centro religioso.

Da mesma forma como foi recebido por migrantes de Senegal, ele é hoje presidente da Associação Senegalesa do Recife. Sobre ela, conta: “Em 2014, começaram a chegar senegaleses aqui. Antes, éramos só dois. Colocamos uma associação, porque sempre ajudamos os senegaleses. Eles não vão saber como é, às vezes têm mais oportunidades no Senegal do que aqui. Eles vão querer viajar, porque as pessoas que estavam vendendo o Brasil para eles falam “você vai chegar, trabalhar, ter carteira assinada... O Brasil está



organizando Copa, fazendo estádio, vão precisar de trabalhadores”. E tudo que eles achavam, não tinha.”

“Muitos chegaram e começaram a trabalhar na Conde da Boa Vista, viajaram para o interior, alguns que tiveram mais condições começaram a abrir lojas... Metade, agora, viajou. Com a pandemia, a maioria pegou as reservas e viajou para os Estados Unidos”, lembra.

Assim, ele entende a vinda: “Era melhor ficar lá no Senegal. Mas é que, para mim, é o destino. Deus fala que você vai viajar ao Brasil, vai ficar, vai ter filhos lá. E eu não podia escapar do destino. Era uma coisa programada: vou estar no Brasil, fazer uma família aqui.”

Hoje, ele planeja expandir o Centro, com um segundo andar reservado à reunião das mulheres, e sobre a importância de estudar a religião. "Tem pessoas que se baseiam na mídia, e a mídia não sabe. Eles não conhecem, sempre falo que são ignorantes. Precisam fazer pesquisas, estudar, saber. Teve um momento, mesmo, em que a Assembleia de Deus, nos jornais dela, veiculou uma informação errada. Demos queixa e foi até para a Justiça”, diz.

Enquanto conversávamos, o Centro ficou vazio e me despedi também, agradecendo. Amadou comenta as eleições: “será que vai ter pelo menos uma governadora em Pernambuco?”. A caminho da porta, oferece café mais uma vez, e estende o convite: “aqui está sempre aberto”.

## *A artesã*

Maria Moreno Warao passa pequenas miçangas por um fio transparente. Em uma mesa com três outras mulheres, que conversam, ela seleciona pecinhas de cor laranja e preta para montar um colar de contas. Tradicionalmente, o artesanato dos Warao, indígenas da região norte da Venezuela, pode ser feito com fibras de buriti, uma árvore semelhante às palmeiras brasileiras, tecidos e miçangas.

Com linhas de algodão e miçangas coloridas como as de Maria, os artesãos e artesãs do Taller Warao criam colares, brincos, pulseiras e cestas. Tecem, também, chapéus e redes em nylon colorido, fio náutico e, às vezes, fios de palha do próprio buriti. ‘Taller’, no idioma castelhano, significa oficina, ou mesmo ateliê.

Descobri que o ateliê estava aberto em Recife ao encontrar sua página no Instagram, onde fotografias mostram o resultado do trabalho: peças de artesanato coloridas e vibrantes, com mosaicos e desenhos. Muitas vezes, eles são mostrados em retratos dos próprios artesãos usando os acessórios que produziram: lá, além de Maria, vemos fotos de Agripina Beria Warao, Iginia Moreno Warao, Juan Perez Warao e outros.

Para encontrar o local onde Maria recebe, semanalmente, as miçangas para fazer sua produção, visitei o Centro Social Dom João Costa. O projeto mantém uma unidade na Vila Santa Luzia, comunidade no bairro da Torre. A rua principal da vila é agitada com o comércio: uma padaria, um mercadinho, farmácias, um açougue, vendas e quitandas mantêm os passantes ocupados e a calçada cheia. Muitos dos compradores saem com sacolas e entram nas ruas paralelas, residenciais e muito mais quietas.

Antes de seguir até o centro, parei na farmácia e olhei o mapa uma última vez. Perguntei, então, à atendente se ela conhecia o ateliê Taller Warao. Ela não soube o que era, então contei que era um local onde imigrantes venezuelanos faziam artesanato ali perto. “Aqui?”, perguntou, e quis ver onde era. Mostrou, então, a um amigo que passava, que me disse que o mapa estava errado.

Ele se apresentou como Cardoso e se ofereceu para me acompanhar até lá. “Morei aqui a vida inteira, tenho certeza que é por ali”, disse. Começamos a caminhar juntos e, ele, a conversar com todos por onde passava. Dava “oi”, “boa tarde” e perguntava por um ateliê de venezuelanos enquanto atravessávamos as ruas entre casas. Ali, várias pessoas disseram não saber, não conhecer ou achar que não existia ateliê nenhum ali.

Depois de alguns minutos andando, Cardoso falou com duas mulheres que conversavam junto à entrada de casa, que, finalmente, reconheceram o lugar que ele descrevia. “Tem um ateliê ali!”, uma respondeu, apontando na direção de uma casa branca que ficava na esquina.

A casa, toda pintada de branco, não tinha placa e mantinha os muros e portas fechados. Para um passante, não se distinguiria de nenhuma das casas onde famílias moravam ao redor do quarteirão. Apesar disso, tocando a campainha, fomos logo atendidos e descobrimos que ali era, sim, o Centro Social. Ali Cardoso se despediu e eu entrei, acompanhada por uma atendente que contou trabalhar com a Congregação das Religiosas da Instrução Cristã, fundadora do Centro.

No pátio da casa, conversavam em pé algumas mulheres. Em volta delas, crianças brincavam, espalhadas entre o colo das mães e o chão. Elas viram nossa chegada e, enquanto entramos no Centro, elas passaram para uma sala mais ao fundo, seguidas pelas criancinhas.

\*\*\*

Foi nesta sala que conversamos, e, entre gritinhos, risadas e timidez dos pequenos, Maria disse que, como eu, foi estudante. Não falava nada de espanhol, língua em que conversava nesse momento, por se comunicar principalmente em Warao. Foi lá, na Venezuela, que começou a estudar o espanhol como segunda língua. Já aqui, no Brasil, passou a aprender também o português.

Maria nasceu na cidade venezuelana de Tucupita. Cresceu dentro da comunidade Warao, com toda a sua família: teve, na infância e adolescência, a companhia de tios, tias, prima, pais, irmão e irmã. Ela fala que muitos Waraos que conheceu eram estudados, professores, e que estes a ajudaram a começar a falar espanhol. Foi apoiada também pelo marido, que é indígena como ela, mas tem o espanhol como primeira língua. Sobre isso, conta: “o esposo de uma prima, que é professor, ensinou a ler e a escrever. E aprendemos. Passei a ler. Já sabemos um pouco, muito não. Estamos aprendendo mais”.

Enquanto falávamos, ela seguia atravessando miçangas pelo fio, montando um colar que começava a tomar forma. Ela diz que tem vontade de continuar aprendendo, de poder conversar mais com as pessoas em português.

Hoje, Maria tem vinte e oito anos. Já mora no Brasil há cinco, mas não em Recife: em 2017, a primeira cidade brasileira que conheceu foi Manaus. Pergunto, então, o motivo da sua saída, e ela responde:

“Chegou uma crise. E aí... A gente trabalhava para sobreviver. Por comida. Como não conseguíamos comida, saímos todos da Venezuela. Todos. Todos os Warao.”

“E a sua família, também?”, pergunto.

“Todos. Todos saímos. E começou essa crise... Muitos meninos, crianças, adultos morriam de fome. E aí começamos a sair da Venezuela. Todas as coisas ficaram caras. Remédios, roupas, comida. Não conseguíamos nada. Trabalho, muito menos. Os Warao entraram no Brasil, todos foram ao Brasil, e muitos a Brasília, São Paulo”, lembra Maria.

Na Venezuela, a família de Maria já trabalhava com artesanatos. Não apenas com miçangas, mas também teciam redes e trabalhavam com a seda. Seus pais tinham também empregos – ela comenta que a mãe era ajudante em uma escola, ajudando as crianças e fazendo limpeza –, recebendo salários todos os meses, mas o dinheiro não foi suficiente para sustentar a família, principalmente depois que veio o período de crise.

\*\*\*

A irmã de Maria foi a primeira a vir ao Brasil, e, daqui, depositou dinheiro para que a mãe fizesse a viagem. Depois, foi a vez de Maria, seu esposo e três filhas. Fizeram a viagem de ônibus da Venezuela, e, inicialmente, moraram em Manaus. Também vieram seus irmãos, tios e crianças, espalhando-se por várias cidades do Brasil.

“Agora, a família que ficou na Venezuela... Anteontem, recebi uma notícia de uma tia minha. Faleceu lá, na Venezuela. Ela estava muito doente, há muito tempo. Aqui, quando tenho um pouco de dinheiro, a gente sempre ajuda a Venezuela. Com 100, 50 reais para comprar coisas, comida, ajudamos a família daqui. Mas quando tem dinheiro. Quando não tem dinheiro... Eu não tenho outro trabalho. Se tivesse outro trabalho, eu trabalharia. Eu sei limpar casas, lavar roupas, eu sei trabalhar, porque, quando estava sozinha, eu trabalhava em uma casa de família para ajudar. Aqui também é difícil conseguir emprego”, diz.

Após dois anos, Maria, seus pais, seu marido e filhas resolveram fazer a travessia para Recife, buscando melhores condições de vida. Não conheciam, apesar disso, a cidade, e a viagem foi longa: fizeram, inicialmente, uma passagem de barco entre Manaus e Belém, um caminho de 1.650 quilômetros. De Belém do Pará a São Luiz do Maranhão, mais 576 quilômetros de ônibus. Depois, mais um ônibus para percorrer os últimos 1.560 quilômetros, dividido entre duzentas pessoas. Nele, sessenta e quatro famílias faziam a viagem de São Luís do Maranhão a Recife. Sem conhecer ninguém, passaram, segundo lembra, três ou quatro dias na rodoviária da cidade de destino.

Ela conta que aqui não foi muito diferente de lá. Não queriam mais ir para outra cidade, e por isso não se mudaram mais. Mas, aqui no Brasil, lembra que muitas vezes ficaram na rua. Como não tinham dinheiro para comprar miçangas e trabalhar, passavam dias nos sinais, recebendo eventuais cestas básicas e ajudas para comprar comida de brasileiros.

Quando conseguiu juntar dinheiro para comprar miçangas, Maria passou a produzir acessórios. “Pessoas brasileiras chegavam, tiravam foto”, conta. “*(Diziam)* “Maria, seu colar, sua pulseira, é muito bonito. Parabéns! Trabalhando assim, na rua, você vai vender muito, vai conseguir um trabalho com artesanato”. O pessoal chegava, sempre tirava foto do meu artesanato. Eu vendia pulseiras no sinal. Em três, quatro, cinco dias, uma pulseira. Passavam dias...”

Foi com a ajuda de indígenas brasileiros que se tornou possível começar o Taller Warao. Ela já conhecia, aqui, outras Warao que sabiam confeccionar o artesanato em miçangas, e os brasileiros depositaram dinheiro para que elas comprassem o material: agulhas, miçangas, linha. Assim, já trabalham há um ano, mas ainda com dificuldades: “é bom, mas não dá muito dinheiro, não. Às vezes trabalhamos assim na Venezuela. Sempre trabalhamos muito fazendo colares, pulseiras. Nunca tinha emprego. Não ganhava dinheiro. Aí a gente veio aqui, estamos trabalhando e também não estamos recebendo dinheiro. Mas estamos aqui, é um trabalho, trabalhamos para ver se conseguimos vender”.

Para ajudar no processo de vendas, o Taller Warao foi pelo segundo ano inscrito na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte), participando em dezembro de 2021 e julho de 2022. Nesses eventos, ela fala que foi possível vender mais peças. Para que o ateliê fosse incluído, Raíra, mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco que atua no apoio ao projeto, explica que foram necessárias várias articulações com o Governo do Estado para que migrantes e refugiados pudessem ser incluídos no evento, em um estande específico. Assim, participaram pessoas da Associação Senegalesa do Recife, venezuelanos não-indígenas e outros migrantes em uma estrutura gratuita, diferente das demais, que, segundo ela, custa cerca de três mil reais. Entre os artistas locais, muitas vezes o valor é pago por meio de financiamentos.

Enquanto escutamos sobre o funcionamento da Fenearte, Maria pergunta: “e nessa Universidade em que você está estudando, não conseguimos vender colares?”

Raíra responde, descrevendo o lugar: “como a escola das meninas, sendo que maior”. Diz que algumas pessoas vão vender pequenas coisas, principalmente comida, mas que muitas pessoas podem, sim, querer comprar.

\*\*\*

As três filhas de Maria têm seis, nove e onze anos. A mãe diz que gostam muito de estudar, como também gostavam muito na Venezuela, e, por isso, querem ir para a escola todos os dias. Estão, há um ano, estudando e aprendendo a falar português. Ela pega o celular e mostra uma fotografia: nelas, as três meninas vestem fardas do colégio onde estão matriculadas. Hoje, a família mora em Santo Amaro.

Mesmo fazendo miçangas no Taller, a mãe deseja voltar a estudar, trabalhar com outras coisas. “Não somos daqui”, fala. “Somos da Venezuela e temos muita saudade da Venezuela. Se a Venezuela ficasse boa como antes, voltaríamos todos à Venezuela. Tenho muita saudade, porque lá eu tenho a minha casa. A minha casa fica na Venezuela. É muita saudade. Aqui, a gente não tem outro trabalho. Já tenho um ano trabalhando com miçangas, e sempre estamos sobrevivendo.”

Ouvindo, Raíra comenta que as quatro podem voltar a estudar, como adultas, à noite, e que para isso teriam que conversar com uma assistente social da Prefeitura. As quatro mulheres

conversam, e a mestranda pergunta se duas das outras meninas na mesa querem ir à escola. Elas assentem. Agripina, a mulher mais velha sentada à cabeceira da mesa, diz que não. Raíra incentiva: “é bom ir para a escola, conhecer pessoas, fazer amigos.”

Maria concorda, decidida: “vou conversar com ela sim. Quando chegar, vou conversar para ver se consigo estudar outra vez”.

É aberta, finalmente, uma caixa de plástico no centro da mesa e são distribuídas as miçangas para a produção da semana. As mulheres, então, pegam saquinhos e começam a levantar, despedindo-se do Taller até a próxima quarta-feira.

## *O professor*

Os corredores do Instituto Confúcio costumavam ficar lotados nas manhãs dos sábados. Entre as portas das salas de aula, um filtro de água na frente do qual alunos se enfileiram para encher garrafas, o caminho até os banheiros e a saída das escadas, alunos conversavam, estudavam e preenchiam cadernos com atividades a lápis. Era assim bem cedo, antes do início das aulas, durante os intervalos e no horário de saída.

O prédio fica bem escondido entre as construções da Rua Benfica, mas chama atenção pelas paredes cinzas com colunas vermelhas e janelas amplas. Não se parece com os outros prédios da rua e nem mesmo com a casa anexa que integra parte da sua estrutura, um bloco de dois andares com pintura branca e janelas azuis.

Passar hoje pelo portão da frente, que fica quase sempre fechado quando não acontecem aulas ou eventos, e encontrar o Instituto silencioso é como entrar em um outro prédio. As aulas foram suspensas a partir do agravamento da pandemia de coronavírus, em 2020. Professores chineses, que vêm com autorizações de residência temporárias para ensinar por um ano letivo, retornaram ao país.

Um destes foi Chenghan Zhang, professor de chinês e coordenador pedagógico e de atividades culturais do Instituto Confúcio. Daniel Zhang, como se apresenta aos alunos, é o nome que adotou para facilitar a comunicação com os brasileiros, uma prática comum quando chineses aprendem uma outra língua (da mesma forma que, ao iniciar suas aulas, os alunos do Instituto também ganham nomes chineses).

Subindo as escadas da escola, vi poucas pessoas: primeiro, um segurança e uma ajudante que limpava o salão de entrada. De lá, era possível ver a biblioteca, naquele momento fechada, e um quadro com fotos que mostravam momentos históricos do Instituto. Em uma sala com portas de vidro, destinada a abrigar palestras, aulas maiores e competições, imagens de bandeiras do Brasil misturadas à bandeira da China decoram as laterais do cômodo.

\*\*\*

Conversei com Daniel na parte administrativa do prédio, onde mais dois homens trabalhavam em mesas de escritório. Ele me convidou, assim, a uma sala de reuniões grande, com uma mesa comprida, poltronas e uma mesa de apoio com um conjunto cerâmico de chá.

“Professores do Instituto Confúcio não são formalmente, legalmente, imigrantes. Possuímos nacionalidades chinesas e temos mandatos aqui. Por exemplo, meu antecessor, o professor Wu, trabalhou aqui por quatro anos e vai voltar para a China”, explica. “Era para eu trabalhar aqui por quatro anos, então comecei em 2017, e, no início de 2020, voltei de férias para a China. Aconteceu a pandemia e parei por dois anos, até que neste ano voltei para cá, para continuar. Por isso vou estar aqui por mais dois anos, segundo a programação do trabalho”.

Daniel tem 27 anos e nasceu na província de Shandong, no norte da China. Shandong é uma península que, localizada a cinco horas de carro de Pequim, é a segunda mais populosa do país, registrando 102 milhões de habitantes.

Para acessar as universidades, alunos chineses realizam a prova Gaokao, equivalente ao atual ENEM brasileiro. Lá, os estudantes buscam conquistar a nota mais alta possível para entrar nas melhores faculdades do país, o que demanda uma rotina rígida de estudo. Daniel pensa que, com isso, muitos têm pouco tempo para pesquisar e compreender os cursos escolhidos, entrando na faculdade sem saber o que os espera. Mas avalia, também, que esse não foi o seu caso: queria estudar linguagens, considerando idiomas para além do inglês.

Por isso, ele se dedicou a estudar as raízes culturais das línguas de países europeus, selecionando o português por interesse e por oferecer mais potencial de auxiliar na busca por emprego do que outras línguas, como o italiano e o russo. Assim, acreditou que o idioma era mais competitivo. Naquela época, ele conta que a China tinha por volta de 10 faculdades que ensinavam o português, mas apenas uma que formava alunos no português brasileiro. Assim, ele fez a graduação com enfoque na forma lusitana do idioma, chegando a conhecer Portugal, visitado também por muitos outros estudantes para aprofundamento dos seus estudos através de parcerias.

Depois de concluir sua formação universitária, Daniel foi em busca de um emprego. Passou, então, em uma entrevista para se tornar professor da Central University of Finance and Economics (CUFA), faculdade pública localizada em Pequim que mantém vínculo com o Instituto Confúcio da Universidade de Pernambuco (UPE).

O Instituto Confúcio, o professor explica, é uma escola de línguas global. A instituição é vinculada ao Ministério da Educação chinês e tem como o objetivo promover o ensino da língua e cultura chinesas, fomentando intercâmbios de alunos e professores entre a China e outros países do mundo. Em Seul, capital da Coreia do Sul, foi inaugurada a primeira unidade no ano de 2004, e, desde então, foram abertas mais de 500 escolas, das quais ao menos 400 permanecem ativas.

Através do vínculo da CUFA com o Instituto da UPE, Daniel foi chamado para vir a Recife. “Eu não possuía tanto conhecimento de Recife, sabia que ficava no Nordeste. Acho que por conta da Copa do Mundo de 2014. Tinha só uma pequena impressão da cidade”, diz. Para ele, a primeira dificuldade foi a diferença de sotaque, muito diferente do português.

Para a maior parte dos professores, precisam ser feitas muitas adaptações. “A comida, com certeza, é muito diferente. Eu acho que os professores, não só eu, mas todo mundo, têm que aprender a cozinhar sozinho em casa comida chinesa, porque temos estômagos chineses. Às vezes, algumas comidas aqui nos deixam sentindo que nós somos de outra raça”, ri. “Mas, de algumas coisas, gostamos. Mesmo assim, não dá para comer, consecutivamente, refeições e refeições de forma muito repetida, não”.



Para cozinhar, é difícil encontrar os condimentos necessários. É diferente, também, a forma de acessar serviços e se transportar: “por exemplo, às vezes uma coisa na China se resolve rápido, como a internet cair. Agora, hoje em Recife se resolve mais rápido, percebi a mudança. Mas às vezes leva dois dias, três dias, para somente atender. Na China, qualquer coisa urgente a gente resolve no dia, em 24 horas, mas aqui teve muito transtorno”.

Ele comenta também que muitos estranharam que, nas ruas brasileiras, não se pode sempre virar à esquerda e à direita como no seu país, fazendo com que carros tenham que percorrer muita distância extra. “Às vezes, professores não entendem e ficam com raiva. Isso são exemplos que precisamos explicar pouco a pouco para resolver, para entender melhor o Brasil”.

Apesar disso, não é apenas choque que é encontrado pelos que fazem a viagem. Sobre isso, conta: “tinha uma professora que saiu do Uber e desceu para o avião, no aeroporto, gritando: “vou ficar aqui mais dois anos! Vou ficar aqui dois anos!”. Gostando muito da paisagem de Recife, da zona litoral, das praias. É muito fascinante isso, para o chinês. Por exemplo, na China, mesmo que você more na zona litoral, você não tem tempo para ver o mar”.

Ele comenta, então, que apesar da carga horária de trabalho brasileira e chinesa ser igual para a legislação dos dois países, lá a rotina é mais pesada. Fazem mais horas extras e sofrem mais cobranças, mantendo um ritmo mais cansativo, além de muitas vezes terem que lidar com problemas do sistema de transporte. Assim, em viagens longas, os expedientes se estendem por mais horas. Daniel elogia as paisagens brasileiras e também o talento dos estudantes brasileiros para a pronúncia da língua chinesa.

\*\*\*

Durante o período mais severo da pandemia, as aulas do Instituto Confúcio foram lecionadas de forma inteiramente online. “Somos praticamente pioneiros, porque me mandaram para cá para ver se a situação da pandemia melhorou. O diretor vai falar com a gente lá na China para enviar mais professores no ano que vem”, diz. Mas outras consequências foram vistas por ele: “Normalmente, todo mundo fica interessado e é amigável com a gente. Mas um dia, pelo Wechat, eu vi um momento de uma chinesa que tem lojas aqui e sofreu muito quando foi ao supermercado comprar as coisas. *(Algumas pessoas)* consideram que o coronavírus foi causado por chineses em 2020. Acho que aquela época foi o auge de discriminação com os chineses, e preconceito, muita raiva. Falavam que era culpa dos chineses. Mas agora eu acho que isso mudou muito”.

Nisso, ele acredita que os alunos e ex-alunos do Confúcio ajudaram, postando em suas redes sociais sobre as ações do governo chinês para contenção da pandemia e reiterando que a disseminação do vírus não é culpa do povo do país, além de compartilhar suas experiências positivas estudando na China em intercâmbios. Para ele, isso adianta, porque enxerga que o público deseja saber mais sobre isso e entender melhor o país.

“Quem escolhe aprender chinês aqui é muito amigável. Todos os alunos são simpáticos conosco, 99%”, diz. Mas, apesar disso, ele conta também que uma vez passou por um episódio de violência enquanto caminhava na rua com outras colegas chinesas. O grupo conversava, em mandarim, entre si, quando foi abordado por uma passante. “Ela falou de uma forma muito complicada”, ele contou. A mulher, então, começou a ofender o grupo, e Daniel relata que ela disse a ele: “você não pode falar chinês na rua, dessa forma”. O professor acredita que ela “detestava o chinês, o som que nós emitimos”.

Daniel comenta também que, muitas vezes, brasileiros não sabem distinguir entre pessoas chinesas ou japonesas, o que atribui a menor conhecimento sobre a China. Muitas vezes, eram diretamente chamados de japoneses, em outros momentos recebendo perguntas sobre sua nacionalidade em transportes ou na rua. Ele percebe, porém, uma melhora progressiva através do maior contato, o que atribui à influência da escola em Recife e também ao aumento da visibilidade da China para a comunidade internacional.

Ele diz que ajudar na compreensão da cultura chinesa, fazendo com que a comunidade entenda mais sobre o país, é um dos objetivos do Instituto. Isso é buscado com oferta de aulas sobre a cultura, caligrafia e esportes como o kung fu e a dança. Também procuram criar e formar um grupo de pessoas brasileiras que falem bem o chinês, podendo capacitá-los para auxiliar e ajudar chineses residentes no país. Ele destaca, também, que no momento alunos do Confúcio trabalham em empresas chinesas sediadas no Brasil.

O local também é um ponto de encontro para a comunidade chinesa da cidade. Entre essas pessoas, ele menciona os imigrantes que fazem comércios no centro do Recife, e a associação organizada por eles. Estes migrantes, em maioria, fizeram a opção pela nacionalidade brasileira. Por residirem aqui, muitas vezes seus filhos e filhas não falam chinês fluentemente, indo fazer aulas no Instituto para aprender e vivenciar a cultura do país.

Para estes descendentes, que compreendem a fala chinesa, mas não receberam educação formal, muitas vezes o centro abre turmas específicas. Também são abertas aulas especificamente para crianças chinesas. Assim, o local atua como um ponto de contato para a comunidade chinesa do Recife.

“Temos boas cooperações e parcerias. Às vezes, as comunidades chinesas valorizam muito a cultura chinesa. Por isso, vão organizar os festivais na época de primavera, Ano Novo Chinês, e inclusive, o segundo mais importante: em setembro, tem o Festival do Meio do Outono, ou chamado Festival Lunar Chinês. Às vezes, professores do Confúcio são convidados para montar os programas, performances de dança, de kung fu, música folclórica, que os professores voluntários sabiam fazer. Cada um deles conhece uma ou várias artes tradicionais chinesas”, conta.

Explica, também, que muitas das pessoas que desejam residir aqui permanentemente são de províncias do Sul: “por exemplo, Fujian, Taiwan e Guangdong, essas províncias têm muita

gente que faz comércio internacional. Eles têm interesse em ficar aqui, permanecer aqui, fazer negócios com brasileiros. Importação e exportação. Isso é o trabalho deles, por isso têm entusiasmo de morar aqui.”

“Eu e outros chineses aqui somos amigos, e pela primeira vez os diretores e comunidades chinesas convidaram o diretor chinês do Confúcio para que nos conhecêssemos. A gente se reúne, jantamos juntos, têm algumas ocasiões em que o diretor me convidou. Fiquei sabendo que tem mais chineses que jogam basquete, a gente sai pra jogar basquete, fazer amigos. E quando precisarem mandar os filhos, crianças para aprender chinês aqui, ajudo, também”, conta.

Agora, Daniel planeja o reinício das aulas, conta que todos estão muito ocupados e aguardando que, com a melhora do quadro de pandemia, cheguem novos professores para, novamente, movimentar o Instituto Confúcio. “Acho que vai voltar tudo à normalidade no mês que vem”, espera.

## *A engenheira*

Entre os ex-alunos que já ocuparam os corredores e cadeiras vermelhas enfileiradas nas salas do Instituto Confúcio, conheci Lay Tung Tze. Lá, ela aprendia a falar mandarim para poder conversar melhor com a família taiwanesa, sobretudo dois primos com os quais troca hoje notícias por Whatsapp.

Tung Tze tem 59 anos e nasceu, no ano de 1963, em uma vila chamada PingTung. Ela conta que a região é localizada no sul de Taiwan, vizinha a Kaohsiung.

“Você conhece a história de Taiwan?”, ela pergunta. “É uma ilha, considerada uma província rebelde da China. Ela é do regime capitalista, não é do regime socialista. Inclusive, a China quer reanexar, como fez com Hong Kong. Só que Hong Kong voltou porque tinha um contrato de 100 anos com a Inglaterra.”

Esse contrato sobre o qual ela fala foi assinado, entre a China e o Reino Unido, ao final da Guerra do Ópio. Com a derrota chinesa, o território de Hong Kong foi cedido em 1898 para dominação britânica por 99 anos, incluindo 235 ilhas vizinhas. Este período terminou, portanto, em 1997, quando o local foi, no papel, devolvido ao governo chinês.

Já a história da reivindicação por uma separação entre Taiwan e China é mais antiga: já no ano de 1895, o território foi perdido da China para o Japão, durante a primeira Guerra Sino-Japonesa.

Retomado em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, Taiwan esteve novamente em disputa na Revolução Chinesa de 1949. Quando o governo de Mao-Tsé Tung foi instaurado, o presidente Chiang Kai-Shek, que governara a China até então, refugiou-se na ilha de e lá formou um governo autônomo, com leis e administração próprias.

Por muitos taiwaneses, o local é visto como um local completamente autônomo em relação à China central. O governo chinês, por sua vez, manteve a sua reivindicação pelo território.

“Agora, com essa guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a China voltou a fazer exercícios militares no Estreito de Taiwan. O que eu acho é que Taiwan é considerado uma base americana lá, de cara com a China. E é uma briga de poder, né?”, avalia Tung Tze.

“No Instituto Confúcio, algumas professoras ficam fazendo questão de me lembrar que Taiwan faz parte da China. Eu até acho que sim, historicamente, mas o povo de Taiwan vive bem hoje, separado da China, em um regime que não é socialista. Quem mora lá em Taiwan, eu acho que não gostaria de ir para um regime socialista, de partido único, sem liberdade de imprensa, sem liberdade de culto”, diz ela. Lembra, também, a proibição de casamento entre pessoas do mesmo gênero imposta pelo governo chinês.

“Até o seu planejamento familiar é ditado pelo governo. Há pouco tempo, só se podia ter um filho” – nisso, se refere à política do filho único, vigente na China entre 1980 e 2015 para tentar reduzir o ritmo do crescimento populacional, sob pena de multas por descumprimento – “agora, que a população está envelhecendo, você pode ter mais. Mas meus primos não querem, não, ir para um regime socialista”. Mas a opinião não é unânime, e ela destaca que seu pai já não pensa da mesma forma: defende a reanexação.

\*\*\*

Agora vivendo em Recife, Lay Tung Tze saiu de Taiwan com 2 anos de idade. O primeiro a emigrar foi seu pai, no ano de 1964. Em Taiwan, era engenheiro eletrônico e trabalhava na Marinha, enquanto sua mãe era datilógrafa da Secretaria da Fazenda. Ela conta que ele não expõe claramente o motivo da decisão – incluiu questões de saúde e familiares – mas sempre afirmou que saiu para que pudesse dar uma vida financeira melhor aos dois filhos pequenos.

Sobre a época, “ele conta que a família era pobre, que não teve dinheiro para o parto do meu irmão, que é um ano mais velho do que eu. Aí, resolveu se aventurar. Tinha 30 anos na época. Foram quase dois meses de navio, quase 50 dias, e ele desceu em São Paulo. Aí, se estabeleceu no Rio, quando mandou o dinheiro para minha mãe, dólares em uma carta para ela comprar passagens”.

Para conseguir fazer a migração, ele abriu mão da sua posição como engenheiro formado. Em uma agência de trabalho de Tóquio conseguiu um visto de trabalho para vir como agricultor. Escolheu o Brasil porque oferecia mais possibilidades de aceite, após tentar conseguir um visto para os Estados Unidos. “Teve muita gente que veio de Taiwan para São Paulo”, ela comenta.

Apesar disso, ela não sabe dizer, depois do tempo passado, se o cenário econômico no Brasil foi melhor do que o de Taiwan durante os anos seguintes para os imigrantes que chegavam. “A ilha de Taiwan foi melhorando, coisa que ele não esperava mesmo. Passou a ser um dos quatro Tigres Asiáticos: Japão, Coreia, Taiwan e Singapura”.

Um ano depois da viagem do pai, Tung Tze acompanhava, como bebê de colo, a mãe ao Brasil. O irmão e ela, com um e dois anos de idade, passariam a partir disso mais de 50 anos sem retornar à região de origem. A família, então, passou a morar na cidade do Niterói, no Rio de Janeiro, onde os irmãos cresceram.

Distante dos familiares que ficaram, ela manteve, durante anos, contato apenas em forma de cartas e uma ligação por ano, na época do Natal. “Tem um Ano Novo da gente e um Ano Novo chinês, né? Eu via meus pais escrevendo cartas no Natal da gente”, lembra, “aí com dois meses, chegava lá no Ano Novo de lá. Eu sinto que meus pais ficam muito isolados aqui, não têm contato com a comunidade chinesa”.

Ao longo dos anos, seu pai, que hoje tem 90 anos, chegou a ser engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ). Até o início da pandemia, em 2020, trabalhou.

Ela, por sua vez, se formou e começou a atuar como engenheira elétrica. Hoje, trabalha remotamente, enquanto o irmão é médico.

Foi por causa do trabalho que ela se mudou de Niterói ao Recife, após completar 25 anos. Foi, pela firma, convidada a vir e aceitou; hoje, mora aqui com os pais, o marido e as filhas, se dividindo entre o seu trabalho e o cuidado. Ela conta que sua rotina é corrida: “ontem, trabalhei até uma hora da manhã”.

\*\*\*

Depois da mudança, os pais de Tung Tze só conseguiram retornar a Taiwan em 1991, 27 anos depois da viagem do pai. Hoje ela conta que, durante a maior parte da vida, não teve nenhuma lembrança visual de lá: só pôde conhecer a região em 2018, com 55 anos. “Foi muito emocionante para mim, que não conhecia nada. Ver o local onde nasci, a casa onde morei”, conta.

Nesta viagem, ela conseguiu levar os pais, seu marido e filha. A partir disso, foi despertada nela a vontade de ter mais contato com a cultura, passando a aprender chinês no Instituto, onde é lecionado o mandarim, dialeto falado na região da China continental.

“Minha família, como é do sul de Taiwan, tem um dialeto diferente chamado hakka. É mais complicado do que os nossos sotaques aqui, do Norte, Sul, Nordeste. Quem fala hakka e mandarim não se entende, mesmo. Meu primo fala três tipos de chinês, não sei como”, ela conta. Por isso, acabou parando de frequentar as aulas, mas ainda participou, mais tarde, de aulas de pintura no Instituto.

"Eu adoro pintura. Fiz o curso durante a pandemia, online. Era na quarta de manhã. Até consegui colocar três quadros na minha casa, no papel seda, com aquele pincel de pêlos e tinta nanquim”, diz. Mostra também imagens de outras pinturas coloridas feitas pela filha, Laura Lay, e retratos dela.

Para Lay Tung Tze, o contato com outros taiwaneses foi encontrado em poucos lugares de Recife. Destaca o Panda's Yakissoba Café, restaurante de família de Taiwan que serve comida e cafés em uma casa na avenida Rui Barbosa. Nessa família, encontrou uma amiga que a levou para fazer uma visita no Templo Budista Fo Guang Shan, em Olinda.

Inaugurado em 2002, o templo tem sede em Kaohsiung, em Taiwan, e recebe muitos visitantes chineses e taiwaneses. Ela conta que gostou muito da visita, que incluiu duas horas em um domingo pela manhã e um almoço vegetariano. Por algum tempo, buscou acompanhar as atividades.

Hoje, ela lembra o encanto da viagem a Taiwan e pensa em retornar. “Mas meu marido é daqui, minha filha é daqui, e agora meus pais não aguentam mais viajar. Graças a Deus, em 2018 consegui levá-los”, pensa. Por enquanto, permanece: “Tenho uma vida, aqui, né?”.

## *A estudante*

Ao visitar o campus sede da Universidade Federal de Pernambuco, uma área de mais de 100 hectares onde estudam mais de 40 mil alunos, não é incomum que se vejam grupos de imigrantes reunidos. No Centro de Artes e Comunicação, por exemplo, é possível encontrar alunos saindo de turmas de português para estrangeiros, onde estudantes de diferentes nacionalidades conversam e trocam experiências. Outros projetos de extensão, por sua vez, abrem o espaço da universidade para a criação de trocas e parcerias internacionais, como é o caso dos grupos UFPE No Meu Quintal e Migra.

Esse local foi o destino de imigração de Tatiana Quintero, mestranda em Comunicação. Tatiana, ou Tati, nasceu na região de Suba, uma área periférica da capital colombiana Bogotá. Descrita por ela como “uma área fora da cidade”, o local é um território indígena, apesar de não demarcado pela lei, na cordilheira central da Colômbia.

A partir do crescimento desenfreado da cidade de Bogotá, a capital veio a absorver o território, que acabou assim por se tornar uma das suas regiões periféricas. Ele é localizado ao lado de uma reserva natural, com características de muita umidade, presença de lagoas e vegetação muito diversa. A área é grande, com extensão por volta de 100,6 km<sup>2</sup>, e abriga muitas casas.

A família de Tati se encontrou em Suba mais por ocasião do que por escolha: enquanto seu pai havia nascido lá, seus avós maternos, apesar de terem origem em Bogotá, eram circenses. Donos de um parque móvel que levavam a feiras de várias cidades, se mudavam constantemente, até que construíram um circo que os acompanhava em viagens. No caminho, tiveram cinco filhos, um deles a mãe de Tatiana, que nasceu em Suba. Foi lá que seus pais fizeram casa, onde ela ainda mora quando retorna à Colômbia.

“A sua casa, que você entende por casa, hoje é lá?”, pergunto. Pensativa, ela diz: “Olha, é. É e não é, né? Porque eu passo a maior parte do tempo aqui. E minha casa é aqui, minha vida é aqui, a maioria de laços e territórios afetivos que se constroem diariamente são daqui. Mas é claro que lá tem outros pontos de territórios afetivos, e eu considero minha casa. Chegando lá, é minha casa, em que eu moro.”

Seus dois pais trabalhavam: a mãe como professora, já aposentada, e o pai como comerciante, ainda em processo de se aposentar. Em Suba, Tati morou até os seus 24 anos, já planejando um dia se mudar para outro país. Desde que saiu da escola, deixou avisado que iria embora. “Não vai”, escutou dos pais. “Você está muito jovem, tem que entender um pouco mais da vida”.

Depois do colégio, ela estudou Rádio e TV, concluindo o curso. Foi, então, trabalhar em uma rede de televisão, onde ficou durante cinco anos, mas sentindo falta de aprofundar seu conhecimento conceitual sobre a indústria audiovisual. Pensando em sair do país, estudou



alemão; mais tarde, e sabendo que gostaria de trabalhar na área das Artes, planejou ir à Argentina.

\*\*\*

A educação pública é um dos fatores que Tati entende que foram centrais para despertar seu interesse pela Argentina. Isso porque, na Colômbia, o sistema educacional segue um modelo público-privado. E ela critica: "Nesse tempo, não tinha educação pública de fato. Mas aí sempre foi isso, as pessoas lá terminam se acostumando com esse tipo de coisa, naturalizando essa retirada de direitos, e nossos pais também. Estudamos em ensino público-privado sempre. E aí acontece a mesma coisa que está acontecendo aqui, tem o sucateamento, e a educação não é boa. As melhores instituições são as que têm investimento privado".

Já no sistema argentino, o exame de entrada para a universidade não tem caráter eliminatório, mas sim conduz a cursos de nivelamento para que os estudantes possam ingressar independentemente da sua base educacional. Com isso, alguns dos amigos de Tatiana já haviam se matriculado em instituições do país para estudar Cinema.

A escolha, por fim, se deu com base em um interesse específico pela indústria audiovisual: "eu comecei a ver as coisas aqui do Brasil, a dinâmica, seus festivais, o movimento audiovisual que tinha, o circuito de festivais, tudo que envolve a indústria, né? E aí eu gostei muito. Realmente, o Brasil é um país muito forte nesse sentido. Eu gostei, mas não conhecia absolutamente nada do Brasil. Da parte latinoamericana, talvez o (*país*) que a gente menos conheça seja o Brasil. Querendo ou não, o idioma também é uma barreira".

Se inscrevendo para processos seletivos, Tati conseguiu ser selecionada para o processo de mudança de país através do PEC-G, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação do Ministério da Educação brasileiro. Entre as vagas que o programa destina especialmente a alunos de países compreendidos como em desenvolvimento pelo governo do Brasil, ela passou pelo processo, que durou dois anos e incluiu estudos de português para um exame de proficiência, além da exigência de compromisso de um tipo de "fiador" que precisa se responsabilizar pelo custeio das despesas do estudante, em caso de perda de bolsa ou outras dificuldades.

Foi aos 24 anos que ela conseguiu fazer a mudança. Relembrando o processo, diz: "eu consegui me preparar na parte financeira, mas na parte psicológica é um pouco mais difícil, porque eu não conhecia nada aqui. Não conhecia ninguém aqui. Então, querendo ou não você, não sabe como vai ser. Não tem como você se preparar para uma coisa que você não sabe."

Assim que chegou, ela conta ter sentido imediatamente a diferença entre os sistemas de ensino. Compara as semelhanças, apontando que, lá, o corpo docente melhor preparado está nas universidades público-privadas, compondo uma equipe voltada à pesquisa. Já as reivindicações da universidade, segundo ela, mudam inteiramente, mas destaca sobretudo o

acesso: “mesmo aqui tendo um exame, o vestibular, no caso, que exclui uma parte da população, ainda assim as pessoas que conseguem passar para entrar na universidade conseguem entrar de fato. Sem pensar “eu não vou poder pagar 300 reais por mês, porque não tenho”.

Do contrário, ela percebe que aqui no Brasil os maiores encargos financeiros do vínculo à universidade vêm com outros fatores, como o transporte, a alimentação e gastos com impressões de materiais didáticos. Mas reforça que “não estar pagando uma mensalidade já é uma variável que ajuda a alcançar uma inclusão, minimamente, de outras camadas sociais que não são as elitizadas, como sempre”.

\*\*\*

Sem conhecer ninguém nem entender como era a cidade do Recife, foi sozinha que Tati encontrou a sua primeira casa, em uma plataforma de buscas da internet. “Conheci a cidade por meio do Google Maps”, diz. “Estando lá na Colômbia, aluguei um quarto para compartilhar casa com um rapaz aqui. Eu ficava pensando “Meu Deus, se aquele homem for um decapitador, coisa assim... Eu vou me dar mal”. Mas eu confiei, né? Não conhecia ninguém, vou fazer o quê? Aí aluguei com ele”.

O homem que oferecia um quarto na internet se chama Rômulo, e não era, que ela saiba, um decapitador. Do contrário, aliás, foi o seu passaporte para uma chegada acolhedora. Antes de embarcar definitivamente aos anos que passaria no Brasil, ela ia à cabine telefônica para fazer ligações para ele, perguntando como era a cidade, o clima, as vestimentas das pessoas. Tendo morado sempre em um lugar frio, não sabia o que esperar.

No dia 9 de fevereiro de 2013, ela chegou. Queria muito conhecer o Carnaval, e o conheceu, pousando em Recife na madrugada do domingo após o Galo. Foi Rômulo, com sua namorada da época, que a buscou no aeroporto e, chegando em casa, Tati só tomou um banho, trocou de roupa e, às 8 horas da manhã, já estava em Olinda.

O calor dessa chegada se estendeu por muitas semanas a seguir: foi quando ela conheceu vários dos amigos e amigas de Rômulo. Lembra seus nomes: “Júlia, Raquel, Thiago... A galera. E essa foi a minha primeira rede afetiva, porque depois a gente iria sair muito”.

Quando chegou, ela acreditava que suas aulas começariam poucos dias depois daquele Carnaval, no mês de março. Não sabia que o semestre começaria atrasado, com o adiamento de calendário que veio como resultado de uma greve.

O programa no qual estava inscrita designava a cada imigrante uma pessoa responsável por recebê-lo na universidade, fazendo seu acolhimento e auxílio na integração ao país – mas esta só foi apresentada a Tati no retorno das aulas, três meses após seu desembarque, em maio. Muito comunicativa, Tati construiu seu círculo a partir das primeiras pesquisas por apartamentos e ligações que fez a Rômulo, mas não deixo de imaginar como essa falta pode

ter impactado pessoas que tenham encontrado mais dificuldades na chegada, problemas com moradia ou acesso ao campus, que fica a uma hora de ônibus do centro da cidade.

No seu caso, ela usou o tempo para melhorar a sua fala em português, conversando com pessoas e fazendo viagens. “Thiago tinha uma casa de família em Gravatá. A gente ia para lá, e eles gostavam do Sport: me davam camisetas e a gente ia para Caruaru para vê-los jogar, ia para a Ilha do Retiro tomar cervejas antes do jogo”.

Assim, a colombiana ganhou seu time de futebol pernambucano, amigos, conheceu a região Agreste e os dias de Carnaval. Tinha morado em Apipucos, mas, depois de só duas semanas, mudou-se com Rômulo para o Curado IV, bairro em Jaboatão dos Guararapes com casas mais baratas e próximas da universidade.

Na nova casa ela encontrou, também, uma forma de conhecer mais pessoas: “Em Apipucos, eram muitos muros. Você não via ninguém na rua, as pessoas que vê não falam com você. Era muito difícil ter uma troca com as pessoas. No Curado IV, era muita galera. Era muita comunidade toda hora, galera lá na rua a todo momento. Aí, eu consegui fazer muitas amizades lá”.

Tatiana conversou com moradores, membros de bandas do bairro, participantes de eventos locais. Entre essas pessoas, conheceu também uma senhora que era dona de uma escola particular, muito pequena, na região. “As salas eram divididas entre quatro níveis de cursos, e divididas por madeiras. Conseguíamos escutar algumas coisas das outras salas”, descreve. Agora sabendo que teria tempo livre até o mês de maio, teve uma ideia: pediu que a professora a deixasse montar uma peça com as crianças.

Na escola, duas horas semanais eram suficientes para que Tati começasse a trabalhar com as crianças, que tinham entre 8 e 12 anos. Aos poucos, conhecia os pequenos, que faziam sugestões, montava com eles os figurinos feitos de recicláveis, ensinava o roteiro, e preparava a peça, que seria apresentada a tempo do Dia das Mães. Nessa produção, ela passou um mês e meio.

“O processo foi bem bonito, porque as crianças são muito diretas”. E ri lembrando dos comentários deles. “Elas são muito cruéis, mas bem diretas. E me ajudaram bastante, porque falavam “ai, como você fala horrível. Isso é errado, não se fala assim!”. Aí eu: “tá, vou falar como, então?”. Eles ensinavam bem, ensinavam muito a falar, muito, diziam: “tá errado, porque não se fala assim. Você é de onde? Ai, bora pra lá, pra onde você mora!”.

\*\*\*

Quando, finalmente, as aulas da universidade tiveram início, a mestrandia conheceu pela primeira vez os estudantes internacionais que tinham vindo ao Brasil através do mesmo programa que ela. “Chegaram a Nádia, Ailson e Edmir, de Cabo Verde, uma mulher de Moçambique... Outro com quem viajei, da Itália, duas pessoas da Guiné-Bissau... Eles

ajudaram bastante a gente, se tornaram amigos. Mostraram a universidade, todos os cantos, fazíamos churrasco”, diz.

Vindo nas mesmas condições, sem saber o que esperavam, os estudantes se reconheciam na chegada. Por isso, passaram a sair juntos para conhecer a cidade, cozinhar e praticar português. Ela conta que isso a ajudou no reconhecimento de diferentes sotaques, e que juntos puderam fazer viagens. “Foi massa, foi bem bonito se reconhecer assim. Como a gente não era do Brasil, estava chegando para estudar, nesse momento estávamos pensando assim: “a gente vai chegar, estudar e não sei o que vai ser. Se vamos voltar para lá...” Até hoje, só uma entre eles voltou ao país onde morava.

“A adaptação era o que a gente tinha de mais próximo, porque tinha uma parte que eles viviam que era muito mais pesada do que acontecia comigo, que era o racismo”, conta. “Eles são negros retintos, e sofriam bastante racismo. Aconteceram algumas coisas em que eu consegui perceber que o trato comigo foi diferente do trato com eles. eu acho que o que nos unia era a adaptação às coisas novas, a adaptação à Universidade, adaptação na moradia, adaptação na comida”.

Ela descreve, também, as formas de racismo que observou no Brasil. “Tinham dois tipos de pessoas que a gente encontrava. A curiosa, que ficava falando de como eles tinham o sotaque diferente, que queria saber um pouco mais, conhecer. Aquela pessoa que fala “Ah, vocês são da África”, aquela que ainda acha que a África é um país, não um continente que tem o país Cabo Verde, o país Guiné-Bissau, o país Moçambique. Tem essas pessoas curiosas, mas com pouca informação... É questão de sensibilização e de conhecer mais. Mas tem essas pessoas que são racistas, mesmo. Na fila do Restaurante Universitário, tiveram umas coisas horríveis, bem feias, que a galera fazia. Tinham coisas onde a gente mais encontrava pessoas, como na espera do ônibus circular. Olhares, falas, que você conseguia escutar”.

Enquanto indígena muísca, Tati viveu outro tipo de experiência. “Tinha uma galera que olhava para mim: “Ai, você parece japonesa, você é de onde, com esses olhinhos puxados?”. Mas era uma coisa assim, mais da galera querer “Ai, que fofinho, você é diferente”. Mas uma discriminação como tal, assim, pesada, acho que não”. Aqui ela percebeu que, no Brasil, as reivindicações indígenas acontecem também de formas diferentes das que vivenciou na Colômbia.

“Não se reivindica muito aqui, agora está se reivindicando mais, muito mais do que quando eu cheguei. Por exemplo, em 2012, aquilo foi um choque para mim, porque eu venho de uma cultura indígena, e em geral a Colômbia tem uma reivindicação amplamente indígena. O que aqui viria a ser uma reivindicação amplamente negra, por exemplo”, avalia. “Foi um impacto para mim, chegar e não ser muito falado aqui, o tema não ser muito tocado, não ser muito tratado, não ser muito debatido. Eu acho que aquilo foi um impacto importante para mim, porque eu não sabia que aqui acontecia isso, e a América Latina toda é território indígena. E acho que o processo dos indígenas do Brasil foi muito mais pesado enquanto genocídio, enquanto extermínio, do que nos outros lugares da América Latina”.

No seu projeto de mestrado em Comunicação, ela estuda caminhos possíveis para resgatar e preservar elementos culturais indígenas. Conta que, como a cidade de Bogotá cresceu e absorveu o território de Suba, lá existem hoje muito mais indígenas em contexto urbano do que em contexto não urbano. Isso cria um impacto de aculturação, fenômeno de absorção de uma cultura pela outra, e, com isso, hoje eles não têm mais um idioma e perderam registros de muitos elementos da sua cultura.

Atualmente, ela desenvolve um estudo de caso de etnocomunicação da comunidade indígena dos Xukuru do Ororubá, que reside em Pesqueira, no Agreste de Pernambuco. Com isso, estuda formas de replicar esse modelo na comunidade onde nasceu, para a recuperação da cultura e busca por direitos.

“É o resgate cultural de uma cultura que não está morta porque está sendo falada. Não morreu simplesmente porque ainda tem pessoas que falam dela, ainda tem pessoas da comunidade, ainda a gente se reúne, ainda a gente se reconhece, mas não temos nem todos os rituais que a gente tinha aqui antes”, diz.

\*\*\*

Tendo vivenciado o modelo de ensino público-privado, seu funcionamento e faltas, Tati ainda observa a atual movimentação política brasileira de grupos que reivindicam a privatização de instituições responsáveis por serviços públicos; entre elas, as universidades. Em 2019, a Câmara dos Deputados debateu uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) propondo a cobrança de mensalidades a alunos em universidades públicas.

“Aquilo ali é muito pesado”, fala. “Com quem eu puder conversar, eu converso. Eu converso para a defesa da Universidade, da educação pública como tal, porque é como se você estivesse vendo o caminho que ele vai tomar, sabe? Aonde vai chegar. Sendo que você já tem a prática daquilo, de como é, você já sabe, já viveu a experiência de como é aquilo. Aqui a galera tá tentando implementar e não sabe como é.”

“Eu tenho medo, um medo latente, da educação chegar nesse ponto que está a Colômbia. Aí sempre eu falo, com as pessoas que consigo falar, sobre a defesa da educação pública e a saúde pública, também, SUS. A Colômbia não tem saúde pública. E eu acho que o SUS é, na verdade, um modelo de saúde mundial, o melhor modelo de saúde latinoamericana. Ninguém tem saúde pública na América Latina. Com quem eu puder conversar, eu converso!”, diz.

Tati elogia o modelo brasileiro, lembrando a abrangência dos serviços públicos: “São conquistas importantes, vocês não podem deixar perder. Tem o discurso de que “ah, mas o SUS não serve, ele é sucateado”. É, eu acho que o caminho é lutar. Parece que vocês só pensam que o SUS é só ir lá e receber consultas, mas o SUS é um projeto muito maior do que isso. É um projeto de prevenção, mais do que de saúde, de saneamento básico, ele engloba que você tenha a dignidade alimentar para amadurecer, que você tenha a dignidade de

moradia para não adoecer. É um sistema bem complexo que eu admiro bastante. Gostaria muito que tivesse lá, na Colômbia”.